

A IDEIA DE ÁFRICA: OBSTÁCULO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA NO BRASIL*

JUVENAL DE CARVALHO CONCEIÇÃO**

Introdução

Em função da Lei 10639 fui convidado para fazer debates e palestras sobre a História da África em diversas escolas. Em um desses eventos trabalhei com crianças de 9 a 17 anos de idade, alunos negros, de escolas públicas da periferia em uma cidade da região metropolitana de Salvador. Iniciei minha apresentação fazendo um convite para os presentes. Disse-lhes que tinha duas passagens para um passeio pela África e que iria sortear uma entre os presentes para me acompanhar. Ao perguntar quem se interessava não encontrei nenhum candidato. Passei então a indagar qual a razão para tal atitude.

As respostas que obtive foram diretas e demonstravam grande convicção. Ninguém queria ir para um “lugar de morte, fome, miséria, violência, corrupção, massacres” e, entre tantas outras deste gênero, a mais reveladora de todas as explicações foi apresentada por uma criança de 11 anos: “ele não queria ir para África porque lá era a morada do Diabo”! Diante de um público com noções como essa, passei a repensar como e o que é possível ensinar sobre a História da África. São idéias muito fortes que me levaram a formular a seguinte hipótese: os brasileiros já sabem tudo sobre o outro lado do

Atlântico e esse conhecimento é o maior obstáculo ao estudo da História da África no Brasil.

A idéia de África e a disputa de hegemonia na sociedade brasileira

A luta pela hegemonia entre as diversas classes sociais, numa determinada sociedade, implica, também, numa luta pela imagem que cada uma faz de si mesma e das suas adversárias. Pode-se incluir aqui, as imagens que são formadas da terra de origem dos diversos grupos que compõem a sociedade em questão. Em função disto é que as classes dirigentes brasileiras tentaram apagar, exterminar, física e culturalmente, a presença africana, real e imaginária na História do Brasil. Mas os africanos e seus descendentes atuaram para manter viva a herança dos ancestrais, construindo, nos mais diferentes espaços, nos terreiros e rodas, nas ruas e nos versos, uma África mãe gloriosa, mítica, harmoniosa e romantizada.

A edição de uma lei federal tornando obrigatório o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira já é um sinal de como esse tema tem profundas implicações nas relações de poder na sociedade brasileira. A disputa em torno da idéia de África é parte da luta pela hegemonia de classes no Brasil. Por este motivo é que os brasileiros, em geral, já possuem uma idéia profundamente negativa, preconceituosa, bem consolidada sobre o continente de origem da maior parte da população.

As relações de poder no Brasil são marcadas pelo massacre de séculos de escravização e de tráfico, além do racismo que sobrevive até os dias de hoje. Porém, apesar de todas as políticas de branqueamento do país, os descendentes de africanos correspondem a mais da metade da população. Criar e reproduzir uma imagem negativa desta parcela, associando a ela tudo que existe de ruim, feio e demoníaco tem reflexos óbvios na distribuição desigual do poder e da riqueza.

Assim, as classes dirigentes brasileiras consolidaram uma idéia de nação a ser construída a partir do padrão da cultura branca, judaico-cristã, euro-ocidental. Tais setores sempre atuaram conscientes de que a hierarquia de classes e a estrutura do poder no Brasil são influenciadas pela herança africana,

pela África propriamente dita, pelas relações que o Brasil estabelece com este continente e, particularmente, pelas idéias que aqui são construídas sobre ele.

Por isso, no esforço para construir o Estado Nacional, dedicaram especial atenção à questão da mão de obra e da composição racial do país. Eliminar o peso da herança africana através do extermínio de seus descendentes, da imigração ou da miscigenação foi uma estratégia usada para construir aquela nacionalidade excludente para os povos não brancos. O branqueamento da população foi uma política de Estado no Brasil Republicana.¹

A presença de milhões de africanos e de seus descendentes transformou a disputa em torno da idéia de África em um aspecto decisivo na construção da identidade nacional e da hegemonia que lhe é correspondente. Trata-se de construir uma imagem negativa sobre a parcela majoritária, mais de 50% da população, explorada, discriminada, excluída do poder e da riqueza. O critério racial tem sido assim um elemento fundador das desigualdades sociais. A homogeneização, inferiorização, invisibilização, eliminação dos negros e de todos os traços das suas culturas são partes centrais do projeto de poder que controla essa terra desde 1500. Tratava-se de uma opção política consciente e deliberada para afastar-se da África, cujo maior exemplo talvez seja os vários decretos proibindo a entrada de africanos no Brasil.²

Assim foi sendo construída a consciência social sobre os diversos grupos que compõem a nossa sociedade. As explicações dadas por aquelas crianças não constituem um fato isolado. Ao contrário, fazem parte deste pensamento, de uma visão de uma imagem da África construída pelas classes dirigentes ao longo da História.

As origens das ideias sobre a África

Ao pensar nas origens das idéias de África predominantes no Brasil logo surge na mente o século XIX, momento da construção do Estado Nacional brasileiro que foi também a época do Darwinismo social, do estabelecimento da hegemonia euro-ocidental sobre toda a terra e da formulação do racismo científico. Partindo da premissa de que a humanidade era dividida em grupos

definidos a partir de uma série de características físicas, os pensadores das várias especialidades defendiam a idéia de que a seleção natural das espécies se aplicava também aos seres humanos.

Nesta lógica haveria uma hierarquia racial que daria ao branco o direito de “civilizar” os demais povos da terra. Renato da Silveira afirma que: “... no caso específico da discriminação racial que favoreceu o europeu e atingiu os demais povos do mundo, o racismo não foi apenas um resultado da falta de conhecimento, de discernimento, de solidariedade, ele não foi apenas a falta de algo, foi uma presença, uma positividade, teve um cunho científico e jurídico, informou doutrinas eruditas, enaltecidas pelo prestígio da própria ciência.” Para Silveira “o racismo científico foi, portanto, uma parte importantíssima da estruturação, pela primeira vez na história da humanidade, de uma hegemonia abrangendo todo o globo terrestre”.³

A construção do Brasil independente não poderia ficar, e não ficou imune a tais idéias. O imenso contingente de escravizados, africanos e seus descendentes, sofreram um violento processo de dominação física e cultural. Um traço marcante desta dominação foi a estratégia das classes dirigentes de hierarquizar as culturas para justificar o tráfico, a escravidão e o racismo. O ocidente branco e cristão tem sido tomado como paradigma de desenvolvimento para, partindo dele, classificar as demais sociedades. O estágio técnico-econômico deste ocidente branco seria o sinal da sua superioridade cultural. E se esta cultura era superior, as raças que a elaboraram também o seriam. Este ocidente é o modelo que as nossas classes dirigentes tanto se esforçam para reproduzir. O evolucionismo social, que hierarquiza as culturas e que considera o outro, o diferente, como inferior ou, pior ainda, não-humano, revela-se aqui com nitidez.

Porém, as imagens da África difundidas no Brasil possuem raízes bem mais distantes. Segundo José Honório Rodrigues, tais origens podem ser localizadas já no século XVI, quando os portugueses, nos seus primeiros contatos com os africanos, formularam e difundiram uma idéia de África. Antes da expansão marítima o pensamento europeu sobre o continente africano estava marcado por exotismos, mitos e lendas. Os navegantes portugueses abalaram a consciência européia ao revelar que vastas populações desconheciam

o cristianismo e ao difundirem a impressão de bestialidade, brutalidade e maldade que tiveram dos africanos. Disformes, horríveis, bestiais, ferozes, bárbaros e cruéis são os traços físicos e espirituais com que os escritores portugueses, sem pisar na África, descreveram os negros, baseados nos relatos dos viajantes. Assim temos uma noção da responsabilidade dos portugueses na formação de uma imagem negativa da África,⁴ que se difundiu no Brasil povoando nossas mentes até os dias de hoje.

Philip Havik, ao estudar as relações de gênero presentes na parceria entre comerciantes e concubinas nos negócios na Costa da Guiné, também ressalta o papel que os negociantes e aventureiros ibéricos tiveram na formação de uma imagem negativa da África e dos africanos. Para Havik, os primeiros autores que escreveram sobre a África nunca haviam visitado o continente, baseando seus relatos nas informações fornecidas por viajantes das rotas mercantis. É aos autores lusófonos, que nasceram ou viveram no espaço africano, que devemos a diversidade de imagens das populações e das terras africanas.⁵

Se os portugueses foram os responsáveis pela difusão desses estereótipos pela Europa, podemos então trabalhar com a hipótese de que também trouxeram para o Brasil essas imagens da África. Assim sendo, as idéias que temos a esse respeito são, em grande medida, originadas das deformações e estereótipos criados pelos primeiros viajantes e comerciantes. Aqui elas evoluíram, ao longo do tempo, em função da natureza dos contatos entre Brasil e África e das relações de força e disputa entre os diversos grupos raciais no seu interior.

A disputa pela imagem do local de origem da massa de explorados é aqui dividida em quatro momentos. Em primeiro lugar a fase do tráfico e da escravidão. Povos de culturas distintas, muitas vezes inimigos, foram afastados dos referenciais formadores de suas identidades, para serem misturados e transformados, todos, indistintamente em negros e africanos. Eram então vistos como sinônimo de maldade e feiúra, associado ao demônio e ao pecado. Somando-se a isto a noção de ruindade, maldade, hostilidade e esterilidade do clima ardente da terra de origem, estava firmada a idéia de inferioridade que justificava a escravização.⁶

Um segundo momento tem como marco inicial a abolição da escravatura e a proclamação da República. Nesta fase o branqueamento da nação passaria, entre outras coisas, pela intensa imigração européia como política de Estado e, sobretudo pelo mais completo afastamento da África e pela destruição dos sinais que traduzissem a herança africana. A África passa a ser vista como uma totalidade geográfica e humana homogênea, desconhecida e distante.

Neste momento a batalha pela idéia de África torna-se mais aberta. Os africanos e seus descendentes usam a terra de origem como um fator de reconfiguração de identidades. Seja através do carnaval, como demonstra Wlamira Albuquerque,⁷ ou através da afirmação religiosa, os negros marcaram presença. A insistência das classes dirigentes em reprimir, eliminar, afastar dos centros urbanos todos os sinais reveladores de uma herança africana só confirma a força desta presença.

Uma mudança significativa ocorreu nos anos de 1930 quando o Brasil deslanchou um processo de industrialização abrindo a possibilidade de incorporação de parcelas da população negra ao mercado de trabalho formal.⁸ Neste período o pensamento de Gilberto Freire tornou-se hegemônico. A partir dele, a mestiçagem passou a ter um valor positivo e o velho mito da democracia racial ganhou às mentes, os corações e o mundo tornando-se discurso oficial. Foram realizados os congressos afro-brasileiros. Elementos da cultura negra viraram símbolos da identidade nacional. É o mistério do samba, outrora perseguido que passou a ser cantado nos palácios e salões.⁹

A lógica do Luso tropicalismo admitiu a herança africana, mas o fez como sinal, prova da genialidade dos portugueses que souberam criar sociedades originais, multirraciais. A África foi então reconhecida como elemento formador do Brasil, mas em uma posição inferior e subordinada em relação à cultura branca européia.

Em função de tudo isso é que podemos pensar as motivações do distanciamento entre o Brasil e a África, do pós-abolição aos anos 70 do século XX, período em que as classes dirigentes brasileiras apoiavam a ideologia colonialista como um mecanismo de manutenção do poder e de exclusão da população não branca internamente.

Finalmente um quarto momento, iniciado nos anos de 1960 e consolidado na década seguinte, em plena ditadura militar que desenvolvia o projeto de construir o Brasil como uma potência capitalista. Porém, as condições da economia e as relações de poder mundial limitavam o alcance desta meta. Os governos militares adotaram então uma linha de diversificação das relações diplomáticas e comerciais que acabou levando o país para uma nova aproximação com a África. Tal movimento foi iniciado timidamente com a Política externa independente antes do golpe de 1964, mas chegou ao ápice com o Pragmatismo Responsável da Era Geisel e, com altos e baixos, se mantém até os dias de hoje.¹⁰

Ao mesmo tempo verificou-se a emergência de organizações políticas negras como o Movimento Negro Unificado (MNU), a proliferação de uma poesia negra e de grupos musicais e blocos afro como os que nasceram na Bahia para afirmar e valorizar a herança e a identidade africana. Neste período ganhou força uma vasta revisão historiográfica sobre o papel do negro na sociedade brasileira destacando sua condição de sujeito e não de simples objeto. Tudo isso são sinais da atuação dos afros descendentes contestando o mito da democracia racial. Nesta ação política contestatória, na idealização artística e no discurso governamental interessado nas oportunidades comerciais vem à tona uma imagem idealizada e romântica, a da África como mãe da nação brasileira.

Inferiorização, Invisibilização e Homogeneização

Em todos esses momentos, as classes dirigentes sempre procuraram construir uma imagem negativa do negro. A ele está associado tudo que é "feio", "ruim" e "demoníaco". África surge nesta imagem como símbolo do primitivismo, da selvageria, do atraso, do misticismo, da feitiçaria, da irracionalidade, do exotismo, do bestial, da brutalidade, da maldade, do lugar não-civilizado e de clima hostil. Afastar-se disto seria a condição para ser assimilado, aceito pela "Civilização" representada pela classe dirigente, que é branca e de mentalidade européia.

Este padrão de abordagem que atribui às características dos africanos e seus descendentes um valor negativo, inferior, se completa num outro padrão, a saber: o da omissão, da ausência, do silêncio e da invisibilização. O continente africano desaparece do mapa, não existe, não é citado. O silêncio, que só é rompido para reafirmar as imagens negativas, é bastante revelador se pensarmos na extensão da presença africana no Brasil.

A homogeneização do continente é outro padrão. África é tratada como uma totalidade única em todos os aspectos ambientais ou sociais. A incalculável diversidade africana é totalmente apagada. Espaços, valores, crenças religiosas, falares, modelos de sobrevivência, experiências técnicas, a variedade de relações sociais, as formas de organizar o poder, em fim, toda diversidade de culturas e histórias é anulada para dar lugar a uma invenção, a África! Aqui vista como única, selvagem, primitiva, demoníaca, atrasada, sem cultura.

Tudo isso não é uma ausência, a falta de visão, de informação ou de conhecimento. Não é ignorância como pensava o generoso José Honório Rodrigues quando, em 1961, sugeriu que, “se realizássemos um inquérito sobre o que os brasileiros sabem sobre a África, nossa ignorância não deveria nos surpreender”.¹¹ Longe disso, creio que se trata de uma presença, uma política, uma linha de ação, uma visão, parte de uma estratégia de dominação e exclusão, como diz Renato da Silveira ao analisar o papel do racismo no estabelecimento da hegemonia européia no século XIX.¹²

Assim, as imagens da África presentes na consciência dos diversos grupos sociais brasileiros estão informadas por um profundo silêncio, que só é rompido para trazer a tona registros que se encaixem e confirmem conceitos preestabelecidos do africano irracional, primitivo, desumano e sem cultura. Imagem marcada por um distanciamento, pela desinformação e por um conjunto de noções carregadas de valores negativos que só confirmam o desejo, dos que a ela tem acesso, de se afastar do continente africano, de suas culturas e suas tradições.

Quais os mecanismos de formação destas imagens?

A repressão das manifestações culturais ou a sua folclorização e comercialização, a conversão religiosa e a discriminação contras as religiões de matriz africana, a musica, as festas, as histórias para dormir, os contos populares, o humor “negro”, a poesia, a literatura, o cinema, são alguns dos variados mecanismos de construção destas imagens.¹³ Os meios de comunicação, a imprensa, particularmente as revistas, tem um papel decisivo nesta disputa, mais ainda na segunda metade do século XX, quando se tornaram um dos principais veículos utilizados pelas classes hegemônicas para estabelecer, reproduzir e consolidar sua supremacia na sociedade.

Isso não eliminou o papel chave que é desempenhado pela escola como um dos mais poderosos instrumentos. O ensino de História da África no nível superior é um bom exemplo deste papel. Partindo de Nina Rodrigues deve-se admitir a existência de uma longa tradição de estudos africanos no Brasil. Historiadores, sociólogos e antropólogos dedicados ao estudo da presença africana acabaram estudando as relações Brasil-África. Os pioneiros do Centro de Estudos Afro oriental (CEAO) partiram das ligações religiosas ou da influência lingüística. Outros estudaram os laços comerciais ou as relações diplomáticas. Recentemente floresceu uma linha de estudos a partir da literatura dita africana, mas expressa nas línguas dos colonizadores. Existem ainda os que utilizam a imprensa como caminho para conhecer certos aspectos das sociedades africanas.

Porém, os reflexos desta trajetória de estudos nos cursos de graduação eram pequenos. Até o ano de 2003, quando foi promulgada a lei 10.639, a maioria das instituições de ensino superior não possuía disciplinas deste campo em seus currículos, no máximo alguma optativa. Apesar do trabalho de Yeda Pessoa de Castro, a UFBA não possui um Departamento dedicado ao estudo das línguas africanas, mas existe um para línguas românicas e outro para línguas germânicas. A centralidade da formação dos historiadores pode ser facilmente constata, basta ver o espaço dedicado ao estudo do mundo grego ou romano.

Ainda hoje predomina a visão de uma história linear centrada na evolução das sociedades euro-ocidentais.

A lei que introduziu o ensino de História da África e dos afro-brasileiros nos currículos da escola brasileira vem provocando mudanças importantes com a criação de disciplinas obrigatórias, de cursos de extensão, especialização, mestrados e até doutorados. Apesar disso, infelizmente, a visão mais profunda ainda não foi alterada. O currículo eurocêntrico permanece vivo com algumas inserções dedicadas ao estudo da África. A escola incorpora a nova demanda para deixar o essencial exatamente como estava.

Considerações Finais

A lei 10.639 foi resultado de uma longa trajetória de luta dos movimentos sociais de combate ao racismo no Brasil. Desde então tem lugar um importante esforço de ativistas desses movimentos e de educadores de todos os cantos para transformar as suas determinações em prática cotidiana em nossas escolas. São muitas as iniciativas positivas, outras nem tanto, espalhadas por todo o país. Porém, ainda existem muitos obstáculos para que a referida lei ganhe vida e não se torne apenas em mais uma “lei para inglês ver” como aquelas que proibiam o tráfico de escravos, mas nada faziam para efetivar a proibição.

Os obstáculos normalmente listados por quem pensar na aplicação da lei vão da falta de preparação dos professores, da falta de bibliografia especializada, da falta de livros e outros materiais didáticos adequados até os métodos e as estratégias de ensino predominante. Todos esses problemas existem, são graves e de fato podem impedir que o ensino da História africana seja de fato incorporado em nossas escolas. Porém, creio que poderíamos resolver todos esses problemas e ainda assim continuar encontrando dificuldades para o ensino de História da África se aqueles padrões de abordagem baseados em idéias preconceituosas não forem superados. A incorporação da História da África na escola passa, necessariamente por apagar, desmontar, quebrar, deletar, passar a borracha em tudo aquilo que o brasileiro foi levado a acreditar que

sabe sobre a África. Como cantava Bob Marley, “emancipate yourselves from mental slavery”. Esse é o grande desafio.

NOTAS

* Este texto foi apresentado na mesa redonda Perspectivas contemporâneas no ensino de história da África como parte do I seminário internacional Áfricas: Historiografia africana e ensino de História, realizado em Salvador e Florianópolis, entre 28/05 e 03/06/2009. O evento foi uma iniciativa da PPG/UNEB, NEAB/UEDESC, CECAFRO/PUC/SP e Casa das Áfricas a quem apresento meus agradecimentos.

** Mestre em História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Título: *Veja: Um olhar sobre a independência de Angola*. Orientador: Dr. Muniz Ferreira. É professor de história da África da UFRB do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL. juvenal@ufrb.edu.br

¹ BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 48-56; CUNHA, Silvio H. dos Passos. *As Relações Econômicas Brasil - Angola 1975/1988*. Salvador, UFBA-FCE, 1991 (Dissertação de Mestrado), p. 75-79.

² CUNHA, 1991, p.77

³ SILVEIRA, Renato. *Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental*. Afro - Ásia, nº 23, 2000, p. 90-92.

⁴ RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro Horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961, p. 1-8.

⁵ HAVIK, Philip. Comerciantes e concubinas: sócios estratégicos no comércio atlântico na costa da Guiné. *A dimensão atlântica da África*. Atas da II reunião Internacional de História da África. São Paulo, CEA/SDG-Marinha, 1997, p. 161-179.

⁶ RODRIGUES, 1961, p. 5-6.

⁷ ALBUQUERQUE, Wlamira Ribeiro de. *Africanos e africanismos: representações da África na Bahia no pós-abolição*. Salvador, FFCH-UFBA, 2000. (Texto apresentado à linha de pesquisa Escravidão e Liberdade, Mestrado em História)

⁸ SANSONE, Livio. *From África to Afro: Use and abuse of África in Brazil*. Amsterdam/Dakar, SEPHIS/CODESRIA, 1999, p. 10.

⁹ THOMAZ, Omar Ribeiro. *Do saber colonial ao Lusotropicalismo: Raça e Nação nas primeiras décadas do salazarismo*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996; VIANA, Hermano. *Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

¹⁰ SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa do Brasil (de 1946 a nossos dias)*. Brasília, EDUNB, 1996.

¹¹ RODRIGUES, 1961, p. 6

¹² SILVEIRA, 2000, p. 90-92.

¹³ MUSSA, Beto. *Estereótipos de negro na literatura brasileira*. Sistema e motivação histórica. Estudos Afro-Asiáticos, n° 16, 1989, p. 70-88.

Data de envio: 22/03/2012

Data do aceite: 30/04/2012